

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DE GOVERNOS MUNICIPAIS: O PAPEL DAS UNIVERSIDADES E O ENVOLVIMENTO DOS CONTADORES COMO APOIO AOS INTERESSES COMUNITÁRIOS E AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Flávio da Cruz

Professor Titular da UFSC e Professor da UESC

O trabalho explora o impacto causado pela aplicação do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, patrocinado pela ONU, a partir da utilização do método da análise de balanços para a tomada de decisão gerencial tendo como base os dados de desempenho estampados pela contabilidade e completados com dados físicos perceptíveis, sobre os relatórios contábeis da administração municipal.

O presente trabalho aborda a partir do entendimento sobre a utilidade da análise dos balanços contábeis para a tomada de decisão gerencial e do posicionamento de diferentes autores nos diversos continentes o papel de destaque ocupado pelos relatórios contábeis.

Em seguida estabelece a opinião de que devam merecer prioridade no entendimento popular os balanços básicos do setor estatal, desde que se tenha a percepção de interligação entre os valores monetários e dados do desempenho operacional de diferentes gestões. A controvérsia e o distanciamento do entendimento popular é apontada como uma limitação passível de ser combatida e gradativamente reduzida até atingir patamares mínimos de absorção e conseqüente colaboração na construção da cidadania nacional.

Explora o impacto causado pela recente presença do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH patrocinado pela Organização das Nações Unidas – ONU como uma nova maneira de figuração dos mandatários e gestores na mídia. Opina que é possível fazer-se, a partir dos dados de desempenho estampados pela contabilidade e de

forma aditiva completados com dados físicos perceptíveis, um marketing positivo sem as costureiras manipulações comparativas.

Descreve o processo desenvolvido e em prática no Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina onde, através do Núcleo dos Indicadores Contábeis Brasileiros, tem-se uma equipe de pesquisadores concluindo o projeto-piloto para os indicadores do setor estatal da administração municipal. Faz o detalhamento das atividades de planejamento e consolidação dos registros autorais desses indicadores, da possibilidade e proposta de expansão para os demais Estados brasileiros onde pretende contar com o envolvimento de Instituições de Ensino Superior e de Entidades Representativas dos Contadores.

Por último, faz uma perspectiva da afetação na imagem externa estabelecida para a contabilidade e os profissionais resultante do engajamento desse segmento na construção de instrumentos e mecanismos capazes de construir hábitos positivos e educacionalmente colaboradores para a motivação de um civismo e interesse comunitário crescente. A sistemática ocupação de espaço positivo na mídia é defendida como uma maneira de equilibrar a imagem diante da visão popular que liga a contabilidade e principalmente a auditoria com fraudes, erros, desvios e outras irregularidades. Enfim, aborda uma nova metodologia e propõe uma forma de expansão da presença do contador junto à comunidade e comprometido com a melhoria qualitativa desta.

1 OS BALANÇOS E OS INDICADORES TRADICIONAIS

Desde há muito que se vem difundindo indicadores contábeis ligados com a mensuração da liquidez financeira, com a estrutura de capitais e com a rentabilidade das empresas com fins lucrativos. Diferentes autores se posicionaram sobre o tema e destacam-se, aqui algumas opiniões inerentes ao assunto em referência.

Segundo Matarazzo (1985, p. 32) a análise de balanços foi consolidada com a necessidade de banqueiros em obter segurança quanto ao futuro retorno do montante de recursos financeiros eventualmente emprestado para empresas. Também, o mesmo autor, lembra que a pulverização

da propriedade empresarial onde vários sócios dependem do rendimento do seu capital para somar o lucro do mesmo empreendimento e depois saber o quanto é o seu, levou ao fortalecimento da interpretação e análise dos balanços contábeis.

Na busca de aumentar o grau de uniformidade e o entendimento da situação econômica e financeira das empresas visando também facilitar a sua leitura tem-se uma ativa participação de órgãos e instituições no contínuo esforço de normatizar procedimentos e relatórios contábeis.

Para Sanchez (1995, p. 127) opina que apesar dos países anglo-saxões terem assumido a responsabilidade de estabelecer princípios contábeis geralmente aceitos, na Europa continental é a autoridade governamental quem tem chamado para si a responsabilidade através da fixação de planos de contas. Organismos de grande destaque na mídia internacional como a Organização das Nações Unidas – ONU, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OECD, Comunidade Econômica Européia – CEE também possuem o hábito de interferir na temática que envolve a normatização da informação contábil.

No âmbito profissional tanto o *Financial Accounting Standards Board – FASB*, quanto o *International Accounting Standards Committee – IASC*, ou a *Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas – AECA* ou a *Fédération des Experts-Comptables Européens*, apenas para citar algumas, possuem respeitáveis contribuições no assunto.

Muito antes de que se argumentasse a favor da globalização dos mercados já se encontrava em prática a aproximação da linguagem contábil. Mais do que isso, o balanço, quanto ao estado patrimonial contido, já se constituía num referencial passível de ser interpretado, através da posição das suas contas e respectivos valores monetários representados. É prudente salientar, que o universo dos interpretadores era restrito aos formados em ciências contábeis e outros dominadores da refinada técnica envolvida na construção e evidenciação dos conteúdos.

A evolução metodológica e tecnológica tanto na elaboração de balanços, quanto nas formas de análise, obedece a um determinado gradualismo que depende de inúmeros fatores. Dentre esses fatores tem-se alguns que são independentes da capacidade e aplicabilidade das inovações.

Nesse sentido, Bescos & Mendonza (1996, p. 10) abordam algumas interferências capazes de freiar o efeito das inovações. Destacam que a falta de compreensão teórica e conceitual são óbices para a adoção desta ou daquela inovação interferente no gerenciamento. Advertem que deve-se, portanto, descontar o período adaptativo, inclusive no caso de novos métodos de custeamento de bens e serviços adotados facilmente pelos japoneses e norte-americanos e frontalmente estancados por culturas específicas ou setoriais dentro do contexto empresarial francês.

Opina-se que os bancos de dados, em geral, são altamente voláteis na forma estrutural e na estética de apresentação e que, apesar dos esforços advindos de idealizadores e pensadores das novas formas de gerenciamento empresarial, não há uma concorrência visível para a síntese estampada no relatório contábil tradicional.

Pela padronização dos grupamentos e subgrupamentos que integram os balanços, estes são sínteses de fatos e atos mercantis bastante diversificados. Quando segmentados, além de permitir a identificação e confirmação da diversidade servem para decifrar a complexidade envolvida em cada uma das expressões monetárias representadas numa determinada conta.

Esta característica transforma o habitual conservadorismo detido pelos relatórios contábeis, *que vulgarmente são denominados de balanços*, num instrumento muito importante para servir de base na formação de indicadores. Uma das vantagens reside na continuidade de oferta dos dados e a uniformidade que existe entre esse tipo de relatório, independente do espaço geográfico e da época com que são elaborados. Essa vantagem, dificilmente, é visível nos outros tipos de relatórios emitidos em outras formas de sistematização e organização de banco de dados. Portanto, ainda é o centralizador confiável para as análises de desempenho.

As desvantagens do centrismo, amplamente criticada pela ênfase na expressão monetária de operações pode e deve ser prontamente combatidas. Uma boa maneira para o combate é fazê-lo através do reconhecimento do ponto de deficiência e promover a complementação com elementos objetivos da crítica. Nesse contexto, cabem as medidas físicas, as pesquisas de opinião, a análise documental aleatória e outros recursos aceitos e validados pelos críticos e usuários da informação.

2 A PRIORIDADE PARA OS QUATRO BALANÇOS BÁSICOS DO SETOR ESTATAL E A NECESSÁRIA INTERLIGAÇÃO COM O DESEMPENHO OPERACIONAL

A publicação sistematizada de indicadores fundamentados nos balanços do setor público parece ser um desafio que somente muito recentemente começa a ser vencido no Brasil. Somente em 1997, com o livro de Cruz que trata de auditoria governamental, publica-se no Brasil uma obra de difusão ampliada na qual o tema está envolvido com a mensuração de desempenho operacional de instituições públicas estatais ligada aos indicadores centrados na contabilidade pública.

Posteriormente, com Kohama em 1999, tem-se a edição de um outro livro dedicado exclusivamente aos balanços públicos do setor estatal e seus indicadores. Um ano depois, isto é, em 2000 surge, com a publicação do trabalho de Campello & Matias, o primeiro livro com uma temática ampliada e esclarecedora das necessidades de dados e informações acerca da administração financeira municipal com uma visão voltada para o enfoque gerencial da contabilidade.

Com o advento da Lei Complementar n. 101, no dia 4 de maio do ano 2000, conhecida como Lei da Responsabilidade Fiscal, tem-se uma acalorada discussão sobre o gerenciamento dos Estados e principalmente dos Municípios. O marco revitalizador da tomada de decisão gerencial fundada nos dados e informações de origem contábil apresenta-se como obrigação e evoca várias punições para os que ousarem desprezar as novas imposições de caráter legal.

Diante da postura de uma nova maneira de gerenciamento, proposta principalmente pelo governo federal, é oportuno, segundo o nosso entendimento, que hajam esforços no sentido de tornar acessíveis metodologias e fórmulas capazes de fortalecer a construção de indicadores e demais formas de avaliação dos resultados. Quanto aos indicadores, do nosso modo de percepção, devem ter uma consistência e transitar por experiências de veiculação e aceitação mediante projeto-piloto ou processo semelhante. O respaldo científico é fundamental para adquirir a credibilidade e conquistar confiabilidade.

A consistência é, do nosso ponto de vista, fator fundamental inclusive para que esse ou aquele indicador obtenha credibilidade e possa ser

respeitado pelos diferentes usuários. Juntamente com os outros fatores já apontados é fundamental manter a imparcialidade diante de “sugestões”, “contratos de parceria”, “doações” e outras formas diretas e indiretas de estímulos no sentido da interferência e/ou manipulação de resultados.

Para que seja didaticamente entendível por um número significativo de cidadãos deve-se sustentar a veiculação do mesmo indicador por repetidas vezes e a sua elaboração deve ser permanente. A prática de calcular e veicular por determinado tempo e depois interromper o acesso e/ou a elaboração tem sido uma constante nas experiências brasileiras que tratam de indicadores de desempenho de entidades do setor estatal.

Uma instância oficial, com compromisso estável e permanente diante da pesquisa, é na nossa opinião o lugar adequado para responder aos requisitos de consistência, imparcialidade e de continuidade já explicitados anteriormente. Nessa condição estão as Instituições Federais de Ensino onde a pluralidade ideológica e a presença crescente de pesquisadores oferecem uma resposta qualificada ao desafio.

A discussão dos dados e a geração de informações para diferentes usuários requer uma diversidade de dimensões onde o pluralismo é um elemento essencial. O conceito de imparcialidade não se confunde com neutralidade. O conceito de continuidade não se confunde com oportunismo contratual. A visão de política social não se confunde com a dependência da política partidária ou de mecanismos de politicagem com dependência histórica publicamente localizada.

A realidade e o comportamento atual indicam uma expansão na possibilidade de contar com um grupo qualificado e conscientemente reciclável de pesquisadores. Esses são presentes através dos alunos que freqüentam os diversos cursos de graduação e pós-graduação (especializações, mestrado e doutorado). Paralelamente, a continuidade da linha de pesquisa fica garantida com a presença estável de professores eticamente comprometidos com as tarefas extensionistas e críticas comumente exercidas no meio acadêmico tradicional.

Na intenção de buscar a transparência é comum produzir-se os dados e estes quase sempre não são lidos e sequer quando lidos entendidos. Modernas técnicas de associação entre o dado contábil e as realizações físicas podem exercer o

papel pedagógico de melhoria e difusão do entendimento técnico. O processo é lento, porém possível e exequível a partir do meio acadêmico e da veiculação contínua para os usuários. Há que se respeitar, também, a oportunidade e a qualidade percebida pela ótica do receptor/usuário e reciclar a forma de apresentação.

3 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DA ONU E O DESPERTAR PARA UM “MARKETING DO DESEMPENHO POSITIVO”

O aparecimento de um *ranking* nacional onde se colocou lado a lado e dentro de uma classificação, aparentemente imparcial, os Municípios brasileiros fez uma revolução pouco percebida sobre os hábitos tradicionais de abordagem sobre desempenho governamental.

A abordagem metodológica versou, basicamente, sobre um conjunto de oito indicadores, contidos em dois grandes grupamentos, a saber:

“Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que reproduz de perto a metodologia contemplada desde 1990 nos Relatórios do Desenvolvimento Humano do PNUD. Tal metodologia utiliza quatro indicadores básicos agregados em três dimensões (Longevidade, Educação e Renda) que são combinadas para apurar o Índice de Desenvolvimento Humano;

Índice de Condições de Vida (IVC) uma extensão do IDH. Baseia-se em metodologia similar, mas incorpora um conjunto maior de dimensões e de indicadores de desempenho sócio-econômico. Resulta da combinação de vinte indicadores básicos agregados em 5 dimensões: Renda, Educação, Infância, Habitação e Longevidade”. (...). (PNUD, Guia de uso do CD-ROM, p. 3)

Como novidade, talvez por contar com a imagem de credibilidade da Organização das Nações Unidas – ONU, viu-se uma postura onde a imprensa enaltecendo os melhores desempenhos o que foi reforçado pelos mandatários locais favorecidos pela posição no topo do *ranking*. Outra

novidade ocorreu por conta da seriedade comparativa, onde todos que estavam na população do universo pesquisado tinham lugar no *ranking*.

Para os mais atentos analistas e críticos ficou evidente que outrora e agora, na prática de comentários precipitados e prontamente estampados na mídia, ocorriam e ocorrem comparações parciais onde o Município escolhido como centro das atenções tem os seus concorrentes citados conforme o interesse envolvido. Nessas práticas pouco recomendáveis e muito facilmente aceitas quando convém enaltecer o desempenho e elogiar o gestor os concorrentes são escolhidos entre os que apresentam pior desempenho e elevado apelo de referência popular. Se, ao contrário, a conveniência é pelo rebaixamento do desempenho e desprestigiamento do gestor os concorrentes são escolhidos entre os que tiveram bom desempenho e destacada referência popular.

Aos que se aventuraram em tentar entender a metodologia adotada para o Brasil, e verificar o processo institucional envolvido foi possível perceber a importância e a participação de outros agentes. Destaca-se o papel desempenhado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, da Fundação João Pinheiro – FJP, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, além do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD no contexto técnico exigido por esse tipo de atividade de pesquisa e extensão.

Fundamentalmente o processo ocorreu da seguinte forma:

“O desejo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de estimular a criação de instrumentos mais eficazes para a observação e análise da realidade brasileira baseia-se no pressuposto de que só é possível melhorar a qualidade de vida se os recursos disponíveis forem bem gerenciados. Para que isso ocorra, é preciso planejar. E só se pode planejar com base em informações que retratem a realidade. Por isso o PNUD decidiu patrocinar algumas das mais respeitadas instituições dedicadas à pesquisa para a produção de uma extensa bateria de dados e informações. O resultado é um novo mapa do desenvolvimento humano no Brasil, cons-

truído pela associação de esforços (...). (PNUD, Guia de uso do CD-ROM, p. 3)

O impacto exercido na imprensa e nas autoridades pelo resultado veiculado dessa pesquisa foi por um curto período já que o indicador pretende ser publicado a cada dez anos. O intervalo talvez atrapalhe a exploração positiva ou negativa em termos de acompanhamento da evolução do desempenho de gestão. Convém, lembrar que a cultura brasileira da prestação de contas é anual e o planejamento de longo prazo chega, no máximo, aos quatro anos. Tanto no mandato eletivo da administração pública, quanto no instrumento de planejamento governamental oficial fundamentado no mecanismo denominado de plano plurianual de investimentos.

Não vimos, apesar da atenção e vigilância, os órgãos oficiais de controle externo e de controle interno adotarem o exemplo ou reaproveitarem os aspectos positivos dessa experiência. Se não houvessem motivos e carências de modelos para acompanhar o desempenho sob o aspecto substancial, ainda haveria a validade de servir para atenuar o excesso de pessimismo e negativismo que invadem e tomam de assalto quase todas as linhas dos arcaicos relatórios emitidos como diligências aos seus fiscalizados.

Aprendeu-se com a veiculação deste índice que:

- a) a contabilidade pública não precisa depender, unicamente, da existência de escândalos e de outras condutas negativas que sustentam seus registros, balancetes e balanços para ir de encontro à uma crítica popular;
- b) enquanto ciência social, a contabilidade concretiza um dos seus objetivos quando informa preventiva, concomitante ou posteriormente ao desempenho dos gestores públicos estatais os dados e os correlaciona com as operações inerentes;
- c) existe espaço para que as Universidades, com a sua competência científica e infraestrutura tecnológica, participem do esforço pela moralização e qualificação das metodologias de avaliação de resultados do desempenho e da democratização dos processos de divulgação;

d) os contadores podem exercer no Brasil, o papel ativo de ocupação de um espaço de marketing positivo, desde que seus órgãos representativos tenham agilidade, percepção de ambiente e pré-disposição para participar de uma figuração somativa na reconstrução da moralidade como valor de referência na nova sociedade brasileira.

Do aprendizado surgiram o interesse e as providências práticas para a implementação por parte do grupo de pesquisadores (professores e alunos) ligados ao Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina do Núcleo de Indicadores Contábeis Brasileiros.

4 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DOS INDICADORES CONTÁBEIS BRASILEIROS E SUA CONTRIBUIÇÃO POTENCIAL PARA O PRESTÍGIO DA CLASSE NA COMUNIDADE LOCAL, REGIONAL E NACIONAL

Mediante artigo publicado no jornal Gazeta Mercantil, no mês de dezembro de 1999, foi dado uma notícia aberta da decisão tomada por professores e pesquisadores ligados ao Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina em criar indicadores com apelo social e que se denominou de Indicadores Contábeis Brasileiros.

Seis Professores e três alunos desenvolveram as bases iniciais do projeto, desenharam e redefiniram o desenho inicial que foi, posteriormente, apresentado junto ao Colegiado do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. Existiram sugestões e adesões que foram encampadas pelo grupo de pesquisadores. Ao final da reunião houve unanimidade quanto ao projeto e as formas de operacionalização delineadas.

Outra barreira institucional foi transposta quando no dia 27 de março de 2000 quando o Conselho Departamental do Centro Sócio-Econômico aprovou o projeto e firmou através de Portaria a criação oficial do Núcleo de Indicadores Contábeis Brasileiros.

O registro da denominação junto ao Escritório de Direito Autoral, do Ministério da Cultura,

foi uma outra etapa vencida quando através da certidão datada de confirmou-se o registro e o depósito da criatividade do nome.

Na definição do conjunto de indicadores, depois de várias reuniões e análises, optou-se por concentrar na produção de indicadores para o setor estatal municipalista brasileiro. A escolha levou em consideração vários fatores, a saber:

- a) a possibilidade de uma maior aproximação dos estudos com a realidade gerencial;
- b) a necessidade de realizar um protótipo e desenvolver o projeto-piloto como pré-requisito para consolidação científica dos indicadores;
- c) carência desse segmento em traduzir a avaliação de resultados em mecanismos abertos de veiculação;
- d) ocorrência de eleições populares e renovação de comando gerencial nos próximos doze meses.

Para que alcance a sociedade e traduza um salto qualitativo de toda a profissão é necessário a expansão do processo para outros Estados-membros de todo o País. Nesse sentido, fez-se uma parceria com a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas – FEPESE no sentido de viabilizar a transferência, através de treinamento e credenciamento para uso da metodologia em outras Universidades. Tem-se, ainda, como proposta a obtenção do apoio e participação dos Conselhos Regionais de Contabilidade no sentido de difundir e patrocinar a veiculação dos resultados para a sociedade regional.

No estágio atual do projeto piloto tem-se a construção dos seguintes indicadores, em cinco dimensões: funções; despesa; receita; financeiros e outros. Analiticamente, os indicadores que integram a fase de testes de consistência são os seguintes:

- a) **Indicadores de Saúde:** A/1/01 – gastos com assistência médica e sanitária por habitante, A/1/02 – gastos com medicamentos por habitante, A/1/03 – gastos com abastecimento de água e saneamento por habitante;

- b) **Indicadores de Educação:** A/2/01 – gasto médio por alunos do ensino fundamental, A/2/02 – média de gastos com pessoal da educação, A/2/03 – obediência ao mínimo constitucional, A/2/04 – grau de analfabetismo;
- c) **Indicadores de Segurança:** A/3/01 – número de homicídios a cada mil habitantes, A/3/02 – número de assaltos a cada mil habitantes, A/3/03 – gastos com segurança por habitante;
- d) **Indicadores de outras funções:** A/04/01 – gastos com o Legislativo na despesa orçamentária, A/04/02 – gastos com agricultura e com pecuária por habitante, A/04/03 – gastos com habitação e urbanismo por habitante.
- e) **Indicadores de Receita:** B/1/01 – IPTU per capita, B/1/02 – ISS *per capita*, B/1/03 – Transferências constitucionais *per capita*, B/1/04 – Tributos municipais, B/1/05 – Transferências voluntárias na receita orçamentária;
- f) **Indicadores de Despesa:** B/2/01 – Gastos com pessoal na receita, B/2/02 – Serviço da Dívida na despesa orçamentária, B/2/03 – Investimentos em obras por habitante, B/2/04 – Investimentos em obras para cada 1000 unidades monetárias de despesa orçamentária, B/2/05 – Outros custeios e material permanente na despesa orçamentária;
- g) **Indicadores de Desempenho Financeiro:** B/3/01 – Resultado primário, B/3/02 – Liquidez, B/3/03 – Créditos a Realizar sobre a receita orçamentária, B/3/04 – Restos a pagar na despesa orçamentária, B/3/05 – Recursos vinculados em relação ao ativo financeiro;
- h) **Outros Indicadores:** C/1/01 – Gastos com meio ambiente por habitante, C/1/02 – Gastos com turismo na receita orçamentária, C/1/03 – gastos com investimentos não ativados em relação as despesas realizadas nos investimentos.

5 CONCLUSÃO

Em conclusão pode-se afirmar que já está disponível uma metodologia oficialmente desenvolvida por uma Universidade de credibilidade nacional capaz de auxiliar na nova visualização da contabilidade nos aspectos construtivos e positivos do fato gerencial. A sistemática ocupação de espaço positivo na mídia é uma maneira de equilibrar a imagem diante da visão popular que liga a contabilidade e principalmente a auditoria com fraudes, erros, desvios e outras irregularidades. O reforço da imagem positiva do contador necessita de uma presença permanente e imparcial junto aos interesses pluralistas da comunidade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BESCOS, Pierre-Laurent; MENDONZA, Carla. *Le management de la performance*, Paris: Editions Comptables Malesherbes, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 24 de 9-12-1999. 24.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- CAMPELLO, Carlos A G. B.; MATIAS, Alberto Borges. *Administração financeira municipal*. São Paulo: Atlas, 2000.
- CRUZ, Flávio da. *Auditoria governamental*. São Paulo: Atlas, 1997.
- KOHAMA, Heilio. *Contabilidade pública*. São Paulo: Atlas, 1987.
- MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços*. São Paulo: Atlas, 1985.
- SANCHES, Francisco Esteo. *Analisis de estados financieros: planificación y control*. Madrid: Ediciones Estúdios Financieros, 1995.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Guia de Uso do CD-ROM*. Brasília: 1998.

NOTAS AOS COLABORADORES

- A revista tem preferência por matérias inéditas tanto no país como no exterior.
- As colaborações não serão remuneradas, considerando que o objetivo maior é contribuir com a classe contábil, buscando o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico e cultural.
- Cada autor receberá, sem ônus, 3 exemplares da revista em cujo número sair publicado seu trabalho.
- O trabalho poderá ser enviado ao Conselho Editorial da seguinte forma:
 - em disquete acompanhado de uma cópia impressa, especificando o nome do editor de textos utilizado, formatado preferencialmente na fonte Courier, tamanho 12, entrelinha equivalente ao espaçamento 1,5, obedecendo as margens de 2cm de todos os lados (superior, inferior, esquerda e direita) ou por e-mail para geova@face.ufmg.br / seccic@face.ufmg.br

ou

- datilografado em papel branco, duas vias, no formato A-4 (210mm x 297mm), em uma só face, em espaço dois. A datilografia deverá ser de boa qualidade, sem rasuras ou emendas, obedecendo as margens: 3,5cm, margens superior e esquerda e 2,5cm, margem inferior e direita.
 - Cada trabalho deverá vir precedido por um resumo (até 250 palavras) que permita uma visão global e antecipada do seu conteúdo.
 - As ilustrações, tabelas e os gráficos que acompanharem os artigos, devem ser entregues para publicação como anexos, com as respectivas legendas numeradas e indicação da localização desejável no texto, entre dois traços horizontais, para facilitar a publicação.
 - As fórmulas matemáticas devem ser claras no próprio texto, não podendo oferecer dupla interpretação.
- Ex: Não confundir o algaismo *l* com a letra *l*.
- Notas de rodapé devem ser reduzidas ao mínimo e reservadas às notas explicativas.
 - As citações bibliográficas deverão ser indicadas no corpo do texto, apenas pelo sobrenome do autor citado, em letras maiúsculas, pelo ano da obra e número da(s) página(s) citada(s), tudo entre parênteses.

Ex: (MASI, 1971, p. 36-37).

- Se o autor fizer parte integrante do texto, menciona-se a(s) data(s) da(s) publicação(ões) citada(s) e páginas entre parêntese, logo após o nome do autor.

Ex: Afirma PRIETO (1989, p. 19) do DCC da Universidade de Uberlândia, em artigo recentemente publicado, com que concordamos plenamente.

- A **bibliografia** ou **referências bibliográficas** deverão ser apresentadas no final do artigo, em ordem alfabética de acordo com a NBR 6023.

Ex: Livro: MARION, J. C. *Contabilidade empresarial*. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1973.

Periódico: ASSIS, J. L. F. A microempresa, nos âmbitos federal, estadual e municipal. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 5, n. 1, p. 34-40, fev. 1995.